

## ação declaratória DE CONSTITUCIONALIDADE (ADC)

↳ Através de uma ADC, busca-se declarar a constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, afastando a insegurança jurídica em relação a divergência junto aos tribunais.

**importante** → somente lei ou ato normativo FEDERAL, não tem por objeto lei ou ato normativo estadual, distrital ou municipal.

↳ **REQUISITO ESSENCIAL**: demonstração de controvérsia jurisprudencial relevante que coloque em risco a presunção de constitucionalidade da norma analisada.

↳ **ADI e ADC são ações dúplices e ambivalentes**, ou seja, a procedência de uma implica a improcedência da outra.

↳ **COMPETÊNCIA**: sempre do STF, de forma originária.

↳ **LEGITIMIDADE**: através da EC n. 45/2004, os legitimados para a propositura de ADC são os mesmos da ADI genérica.

↳ art. 103 CF

**efeitos**: possui efeito **erga omnes** (eficácia contra todos); **ex-tunc** (retroage); **vinculante** relativamente ao Poder Judiciário e à adm. pública direta e indireta.

↳ **MEDIDA CAUTELAR**: É possível que seja concedida medida liminar para suspender o julgamento do que foi feito em relação à matéria da ADC.

↳ **Aprovação absoluta** (maioria) dos membros.

**importante** → a medida cautelar terá **eficácia de 180 dias**.

↳ Vale mencionar que, apesar do procedimento ser o mesmo da ADI genérica, o **Advogado Geral da União não será citado**, visto que, não há ato ou texto impugnado.

↳ É **vedada** a intervenção de terceiros e desistência

\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  
após propor a ação.

→ a decisão é **irrecorrível** e é requisito obrigatório demonstrar a controvérsia sobre a norma objeto da demanda.

→ medida cautelar sempre será **incidental** e nunca preparatória.